



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR MPF/PRPE n.º 09/2024

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de aquisição de diversos medicamentos e insumos médico-hospitalares e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 – O presente estudo tem por objeto a aquisição de material de consumo – medicamentos e materiais médico-hospitalares – e visa analisar sua viabilidade além de levantar elementos essenciais que subsidiarão a elaboração do Termo de Referência para atender melhor às necessidades do setor de saúde da PRPE.

1.2 - Os materiais adquiridos nesta aquisição permitirão garantir a qualidade no atendimento das necessidades do público atendidos nos consultórios médico, odontológico e de enfermagem, bem como a realização de procedimentos em saúde que utilizem materiais médico-hospitalares.

1.3 - Além disso, a aquisição desses insumos é essencial para o cumprimento das normas de segurança e saúde ocupacional, prevenindo riscos e assegurando respostas rápidas a eventuais incidentes. Dessa forma, a PR/PE reafirma seu compromisso com a promoção de um ambiente de trabalho saudável e com o atendimento adequado de situações que demandem intervenções médicas imediatas, alinhando-se aos princípios do interesse público e à missão institucional de proteger a cidadania.

1.4 - A aquisição dos referidos materiais fundamenta-se também na prestação de assistência em saúde que garante a segurança do paciente e a falta dos insumos é um gerador de risco grave ao usuário e aos profissionais que compõe o corpo do setor de saúde.

1.5 – Portanto, a contratação de fornecimento regular e adequado de materiais médico-hospitalares é uma necessidade justificada pela obrigação de proporcionar um atendimento eficiente e seguro aos membros, servidores, estagiários e terceirizados da Procuradoria. Esta medida é essencial para garantir que os serviços de saúde oferecidos estejam à altura das expectativas de qualidade e segurança, promovendo a saúde e o bem-estar dos colaboradores da instituição e, consequentemente, assegurando um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo.

II – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 - A referida contratação encontra-se no Plano de Contratações Anual da PRPE para o exercício de 2024, e está inserida no Planejamento Estratégico Institucional – PEI/MPF - para os anos de 2022-2027, instituído por meio da Portaria PGR/MPF nº 1.084, de 19 de dezembro de 2022, principalmente quanto ao atingimento do seguinte objetivo: “OE 09: Otimizar a gestão de pessoas, materiais e dados, com foco na eficiência, sustentabilidade e economicidade”.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1- Requisitos Funcionais



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

3.1.1 - Os medicamentos e materiais médico-hospitalares deverão ter qualidade mínima necessária para garantir um atendimento livre de riscos à saúde, além de apresentar padrões condizentes com a legislação, conforme as especificações contidas no termo de referência.

3.1.2 - Todos os materiais e medicamentos fornecidos devem possuir registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Produtos sem a devida certificação não serão aceitos.

3.1.3 - Os medicamentos e soluções a serem fornecidos devem ser de Referência ou Genéricos, desde que atenda às especificações, exceto quando for exigida a marca com a sua devida justificativa.

3.1.4 - Considerando que os prazos de validade dos medicamentos possuem significativas variações, entende-se que fixar no instrumento editalício um determinado período não é o adequado para contemplar os mais diversos prazos de validade existentes. Destarte, fixar o prazo de validade em percentual evita dúvidas e preserva uma margem razoável de validade do produto, impedindo, assim, seu descarte indevido. Consoante consultas a processos licitatórios com objetos similares ao presente, promovidos por órgãos públicos, integrantes dos diversos poderes, verificamos ser plausível que o nosso edital estabeleça o percentual de, **no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da validade do medicamento na data da entrega do produto**. Como exemplo, podemos citar: Um certo medicamento possui validade de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 (dezoito) meses.

3.1.5 - Os medicamentos e materiais médico-hospitalares deverão ser acondicionados em suas embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, com a devida identificação, fazendo constar sua descrição e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante, garantia do produto, validade e outras especificações, de acordo com suas características.

3.1.6 - Condições de Transporte: Todos os materiais e medicamentos devem ser transportados em condições que garantam sua integridade, de acordo com as normas de transporte de produtos médico-hospitalares e medicamentos, evitando contaminações, avarias ou perdas de qualidade.

3.2 - Requisitos Legais

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021.

A contratada deve atentar para os seguintes normativos:

- **Instrução Normativa Nº 01/2010 - SLTI/MPOG** - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Lei Nº 12.305/2010**: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Decreto nº 10.936/2022** - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- **Lei nº 6.360, de 23 DE setembro de 1976** - Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.
- **Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999**. Altera a Lei no 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.
- **Decreto nº 3.181/1999** - Regulamenta a Lei nº 9.787, de 10/02/1999, que estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.
- **Lei nº 13.709/2018** - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- **Resolução ANVISA RDC nº 22/2014** - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados - SNGPC, revoga a Resolução de Diretoria Colegiada nº 27, de 30 de março de 2007, e dá outras providências
- **Resolução ANVISA RDC nº 44/2009** - Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
- **Resolução ANVISA RDC nº 222/2018** - Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

- **Resolução ANVISA RDC nº 768/2022** - Estabelece as regras para a rotulagem de medicamentos.
- **Resolução ANVISA RDC n. 42, de 13 de agosto de 2009** - Dispõe sobre procedimento, totalmente eletrônico, para a notificação à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de Produtos Saneantes de Risco I;
- **Resolução ANVISA RDC n. 59, de 17 de dezembro de 2010** - Dispõe sobre os procedimentos e requisitos técnicos para a notificação e o registro de produtos saneantes e dá outras providências;

3.3 - Requisitos da natureza continuada do serviço/fornecimento

Não se aplica.

3.4 - Requisitos Temporais

3.4.1 - O prazo de entrega não poderá ser superior a **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de empenho.

3.4.2 - A entrega de todos os itens contratados deverá ser realizada em uma única remessa, dentro do prazo máximo determinado.

3.5 - Requisitos de Segurança

3.5.1 - Comunicar à PRPE a previsão de entrega do produto, mediante informação dos dados da empresa e seu responsável, e comunicação do rastreamento da mercadoria, sempre que possível.

3.5.2 - Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, a CONTRATADA e a CONTRATANTE devem zelar pela proteção dos Dados Pessoais, se comprometendo a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; observando o dever de sigilo, quanto às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio; cumprindo obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

3.6 - Requisitos Técnicos

3.6.1 - Constarão nas especificações técnicas do termo de referência.

3.7 - Requisitos de Garantia Contratual e Manutenção

Não se aplica.

3.8 - Requisitos de qualificação técnica

Considerando se tratar de uma contratação de baixa complexidade, não será exigido documentos de qualificação técnica para fins de habilitação.

3.9 - Requisitos de qualificação econômica

Considerando se tratar de uma contratação de baixa complexidade, além do objeto do estudo ser de pronta entrega, não há necessidade de exigir documentos de qualificação econômica para fins de habilitação.

3.10 - Requisitos Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental (no que couber)

3.10.1 - PERSPECTIVA AMBIENTAL



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

3.10.1.1 - A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, a fim de adotar as seguintes práticas sustentáveis no fornecimento dos bens e serviços, quando couber:

3.10.1.1.1 - Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

3.10.1.1.2 - Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

3.10.1.1.3 - Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

3.10.2 - PERSPECTIVA ECONÔMICA

Em razão dos valores máximos previstos para esta contratação, o regramento contido no art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2006, a respeito dos processos licitatórios destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para contratações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao ano, o lote será exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte.

3.10.3 - PERSPECTIVA SOCIAL

3.10.3.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis do MPF, o fornecedor deverá declarar:

a) Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 39 e 39 da Lei 12.288/2010;

b) Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;

c) Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), e no Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nºs 29 e 105.

3.10.4 - Além das demais obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e no presente Termo, deverá a contratada atender aos seguintes aspectos pertinentes à sustentabilidade:

a) Fornecer aos empregados todos os equipamentos de segurança e proteção que se fizerem necessários para a execução de serviços, fiscalizando sua utilização;

b) Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;

c) Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e a política de descarte da contratante;

d) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica, observadas as normas vigentes e a política socioambiental do MPF;

e) Observar a Resolução Conama nº 401/2008, para a aquisição e descartes de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;

f) Privilegiar a utilização de mão de obra, tecnologias, matéria prima e materiais de origem local.



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

3.11 - Outros requisitos aplicáveis

3.11.1 - A empresa deve ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços.

IV – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

As quantidades sugeridas para a aquisição foram determinadas pelo Setor Médico da PRPE, levando-se em conta o estoque atual dos medicamentos e insumos hospitalares e em consideração também o possível aumento de atendimentos médicos em razão do retorno ao trabalho presencial, após Portaria PGR/MPU Nº 78/2024.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 - Foram pesquisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias que melhor atendam à necessidade descrita neste estudo.

5.2 - Foram levadas em consideração as seguintes alternativas para contratação pretendida:

5.2.1 – Almoxarifado virtual: A PRPE manifestou sua Intenção de Registro de Preço no Pregão Eletrônico MPF/PRPE nº 07/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação dos serviços continuados de outsourcing para operação de almoxarifado virtual, sob demanda, visando ao suprimento de material de consumo. Ocorre que a solução abarca apenas materiais de expediente e suprimentos de informática, não estando inclusos materiais classificados como permanentes ou personalizáveis. Assim, os materiais objetos deste Estudo Técnico (medicamentos e insumos médico-hospitalares) não podem ser adquiridos por meio desta solução de contratação.

5.2.2 – Aquisição direta de Fornecedores especializados: Contratação de empresa especializadas no fornecimento de medicamentos e materiais médico-hospitalares, com entrega imediata e total dos quantitativos. Este formato de contratação já foi utilizado pela PRPE nos seus contratos passados, tendo as seguintes vantagens:

- Personalização: Ajuste das especificações de acordo com as necessidades da PR/PE.
- Os fornecedores sabem de antemão as quantidades que serão adquiridas pelo órgão, podendo calcular corretamente o preço de venda;
- Com a venda única de um quantitativo maior, os fornecedores garantem maior economia de escala, que pode ser repassada à administração via redução dos preços, durante a etapa de disputa;
- Com a disponibilidade dos itens em estoque, o atendimento das necessidades que surgirem é imediato;
- Otimização do trabalho dos servidores envolvidos na fiscalização e gerenciamento dos contratos.

5.2.3 - Adesão a Atas de Registro de Preços: Utilização de atas de registro de preços já existentes, firmadas por outros órgãos públicos que realizaram processos licitatórios para aquisição de medicamentos e materiais médico-hospitalares, apresenta as seguintes desvantagens:

- Dificuldade de encontrar todos os produtos de acordo com a necessidade da PR/PE.
- Submissão aos termos estabelecidos por outros órgãos.

5.2.4 - Contratação de Serviços de Gerenciamento de Suprimentos Médicos: Contratação de empresas especializadas no gerenciamento de suprimentos médicos, que realizam a aquisição e entrega dos medicamentos e materiais médico-hospitalares. A presente solução tem as seguintes desvantagens:

- Serviços de gerenciamento podem representar aumento dos custos da contratação.



Procuradoria da República em Pernambuco
 Coordenadoria de Administração
 Equipe de Planejamento e Contratações

- Necessidade de acompanhamento contínuo da qualidade do serviço, acarretando uma sobrecarga de trabalho dos servidores envolvidos na fiscalização e gerenciamento dos contratos.
- Risco de indisponibilidade de produtos no estoque da contratada, comprometendo o atendimento nos consultórios médico, odontológico e de enfermagem,

5.3 – Descrição e Justificativa da Solução escolhida:

Uma vez que a PRPE dispõe do crédito orçamentário para a aquisição em análise e do espaço para a guarda dos materiais, e diante da vantajosidade exposta na análise no item 5.2, a solução mais viável para atender às necessidades da unidade durante o exercício de 2024 é a exposta no **subitem 5.2.2**, contratação de empresa para fornecimento de diversos medicamentos e insumos médico-hospitalares para a Procuradoria da República em Pernambuco, para entrega única e imediata, pois permite a personalização dos produtos de acordo com as necessidades específicas, favorece a obtenção de preços mais competitivos através da concorrência, além de aproveitar a experiência prévia da instituição nesse tipo de contratação, garantindo eficiência e segurança no processo.

VI – ESTIMATIVA DO PREÇO

6.1 - Para formação do preço de referência foi escolhido o critério da **MÉDIA** obtido na pesquisa de preços, priorizada a pesquisa no painel de preços do governo federal e o banco de preço (site especializado em pesquisa de preço em licitações), conforme critérios de pesquisa de preços da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023.

6.2 - Os preços de referência foram assim obtidos:

- a) Pesquisas em painel de preços do governo federal ou no banco de preço (site especializado em pesquisa de preço em licitações);
- b) Pesquisas na internet em sites comerciais, visto que para alguns itens não foi encontrado a especificação requerida no painel de preço e nem no banco de preço ou em quantidade insuficiente para o mínimo três valores;

6.3 - Os produtos pesquisados estão de acordo com as especificações e marca de referência dos produtos.

6.4 - O **valor estimado anual global** para a presente contratação é de **R\$ 7.542,55 (sete mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos)**, conforme relatório de cotação do Banco de Preços e mapa estimativo de preços em anexo.

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1- **Descrição do objeto:**
 Contratação de empresa para fornecimento de diversos medicamentos e insumos médico-hospitalares para a Procuradoria da República em Pernambuco, para entrega imediata e única, conforme especificações contidas no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. ESTIMADA	CLASSE	PDM	CÓD. MAT.
1.	Ácido Acetilsalicílico 100 mg , envelope/cartela com, no mínimo, 10 Comprimidos. Marca de referência: AAS ou genérico	ENV	2	6505	353	337678
2.	Dipirona + mucato de isometepteno + cafeína (300 mg + 30 mg + 30 mg) , caixa com, no mínimo, 30 comprimidos. Marca de referência: NEOSALDINA ou genérico	CX	2	6505	17708	270633



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. ESTIMADA	CLASSE	PDM	CÓD. MAT.
3.	Dipirona 500 mg , caixa com, no mínimo, 30 comprimidos. Marca de referência: NOVALGINA ou genérico	CX	4	6505	17708	267203
4.	Paracetamol , comprimido 750 mg, caixa com, no mínimo, 20 comprimidos Marca de referência: TYLENOL ou genérico	CX	2	6505	10422	267779
5.	Dipirona 300 mg + Citrato de orfenadrina 35 mg+ Cafeína 50 mg , caixa com, no mínimo, 10 comprimidos Marca de referência: DORFLEX ou genérico	CX	5	6505	5062	283156
6.	Simeticona 125 mg , caixa com, no mínimo, 10 cápsulas gelatinosas. Marca de referência: LUFTAL GEL ou genérico	CX	5	6505	14559	436550
7.	Simeticona 75 mg/ml , frasco com, no mínimo, 10 ml Marca de referência: LUFTAL ou genérico	FR	2	6505	14559	412966
8.	Butilbrometo de escopolamina (equivalente a 6,89mg de escopolamina) 10 mg + Dipirona monoidratada (equivalente a 221,51 mg de dipirona) 250 mg , caixa com, no mínimo, 20 comprimidos. Marca de referência: BUSCOPAN COMPOSTO ou genérico	CX	5	6505	8254	270620
9.	Saccharomyces boulardii CNCM I-745 (200 mg de liofilizado contém no mínimo 1 x 10⁹ células de Saccharomyces boulardii CNCM I-745) e excipientes (estearato de magnésio e lactose) , caixa com, no mínimo, 6 cápsulas. Marca de referência: FLORATIL 200 mg ou genérico	CX	5	6505	19584	449023
10.	Pantoprazol 40 mg , caixa com, no mínimo, 28 comprimidos. Marca de referência: PANTOZOL ou genérico de 200 mg	CX	5	6505	10348	267892
11.	Bicarbonato de sódio (1854 mg) + carbonato de sódio (400 mg) + ácido acetilsalicílico (325 mg) + ácido cítrico (1413 mg) . Envelope com, no mínimo, dois comprimidos efervescentes Marca de referência: SONRISAL ou genérico	ENV	10	6505	353	608134
12.	Paracetamol 400mg + maleato de clorfeniramina 4mg + cloridrato de fenilefrina 4mg , caixa com, no mínimo, 4 comprimidos Marca de referência: Coristina D PRO ou genérico	ENV	20	6505	10422	378572
13.	Ácido Ascórbico 1 g , caixa com, no mínimo, 30 comprimidos contendo 3 tubos com 10 comprimidos efervescentes cada Marca de referência: REDOXON 1g ou genérico	CX	5	6505	1872	271685

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 09/09/2024 17:02. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 3e2f2e13.292aa4ca.02ed8e4e.b9e2007f



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. ESTIMADA	CLASSE	PDM	CÓD. MAT.
14.	Flurbiprofeno (8,75 mg) , caixa com, no mínimo, 16 pastilhas Marca de referência: Strepils ou genérico	CX	5	6505	7669	444167
15.	Ibuprofeno 400 mg , caixa com, no mínimo, 10 comprimidos. Marca de referência: IBUPRIL ou genérico	CX	4	6505	8275	267395
16.	Maleato de dexclorfeniramina 2 mg , embalagem com, no mínimo, 20 comprimidos. Marca de referência: POLARAMINE ou genérico	CX	5	6505	9035	267645
17.	Cetoconazol creme 20 mg/g , bisnaga com, no mínimo, 30 g Marca de referência: NIZORAL ou genérico	BNG	5	6505	4803	308736
18.	Digliconato de clorexidina 2%, solução antisséptica , garrafa de, no mínimo, 1 litro Marca de referência: RIOHEX ou genérico	GRF	1	6505	17357	269876
19.	Iodopovidona PVPI 10% , solução antisséptica, garrafa de, no mínimo, 1 litro Marca de referência: RIODEINE ou genérico	GF	1	6505	17821	398706
20.	Cloreto de sódio 0,9% , solução, garrafa de, no mínimo, 500 ml.	GF	5	6505	5118	371273
21.	Dexametasona (4mg) , caixa com, no mínimo, 10 comprimidos Marca de referência: DECADRON ou genérico	CX	4	6505	6143	269388
22.	Dimenidrinato (50 mg) + Cloridrato de piridoxina (10 mg) , caixa com, no mínimo, 30 comprimidos. Marca de referência: DRAMIN B6 ou genérico	CX	2	6505	6213	272333
23.	Cloridrato de metoclopramida 10 mg , caixa com, no mínimo, 20 Comprimidos. Marca de referência: PLASIL ou genérico	CX	2	6505	9702	267312
24.	Ondansetrona (8 mg) , caixa com, no mínimo, 10 comprimidos de desintegração oral Marca de referência: VONAU FLASH ou genérico	CX	4	6505	10217	419015
25.	Cetoprofeno 150 mg , caixa com, no mínimo, 10 comprimidos Marca de referência: BIPROFENID ou genérico	CX	5	6505	4804	448635
26.	Nimesulida 100 mg , caixa com, no mínimo, 12 comprimidos Marca de referência: CIMELIDE ou genérico	CX	10	6505	10083	273710
27.	Celecoxibe 200 mg , caixa com, no mínimo, 30 cápsulas Marca de referência: CELEBRA ou genérico	CX	2	6505	13934	268866

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 09/09/2024 17:02. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 3e2f2e13.292aa4ca.02ed8e4e.b9e2007f



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. ESTIMADA	CLASSE	PDM	CÓD. MAT.
28.	Cloridrato de ciclobenzaprina (10mg) + Cafeína (60mg) , caixa com, no mínimo, 15 comprimidos Marca de referência: MIOSAN CAF ou genérico	CX	4	6505	15365	433847
29.	Cloridrato de ciclobenzaprina (5mg) , caixa com, no mínimo, 15 comprimidos Marca de referência: MIOSAN 5mg ou genérico	CX	2	6505	15365	272166
30.	Captopril 25 mg , caixa com, no mínimo, 30 comprimidos Marca de referência: CAPTOSEN ou Genérico	CX	2	6505	4505	267613
31.	Furosemida 40 mg , caixa com, no mínimo, 30 comprimidos Marca de referência: Genérico	CX	2	6505	7878	267663
32.	Cloridrato de fexofenadina (60 mg) + cloridrato de pseudoefedrina excipiente (120 mg) , embalagem com, no mínimo, 10 comprimidos Marca de referência: ALLEXOFEDRIN D ou genérico	CX	10	6505	5186	270796
33.	Brometo de Ipratrópio 0,250 mg/ml , frasco com, no mínimo, 20ml Marca de referência: ATROVENT ou genérico	FR	2	6505	8482	268331
34.	Bromidrato de Fenoterol 5 mg/ml , frasco com, no mínimo, 20 ml Marca de referência: BEROTEC ou genérico	FR	2	6505	3924	396471
35.	Valerato de Betametasona (0,5mg) + Sulfato de gentamicina (1mg) + tolnaftato (10mg) + clioquinol (10mg) , bisnaga de, no mínimo, 20g Marca de referência: QUADRIDERM ou genérico	BNG	5	6505	1253	270603
36.	Acetato de dexametasona 1 mg/g , creme, bisnaga com, no mínimo, 10g Marca de referência: CORTIDEX ou Genérico	BNG	5	6505	6143	446495
37.	Sulfadiazina de prata 10 mg/g , creme tópico, bisnaga com, no mínimo, 30g Marca de referência: DERMAZINE ou Genérico	BNG	2	6505	12314	414614
38.	Rifamicina SV sódica 10 mg/ml spray , solução tópica de, no mínimo, 20ml Marca de referência: RIFOCINA ou genérico	FR	2	6505	11744	271140
39.	Dipirona 500 mg/ml , ampola com 2ml Marca de referência: NOVALGINA ou genérico	AMP	5	6505	17708	268252
40.	Cloridrato de Amiodarona 50 mg/ml , ampola com 3ml Marca de referência: ANCORON ou Genérico	AMP	2	6505	2420	271710

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 09/09/2024 17:02. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 3e3f2e13.292aa4ca.02ed8e4e.b9e2007f

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. ESTIMADA	CLASSE	PDM	CÓD. MAT.
41.	Hidrocortisona 500 mg , pó para solução injetável Marca de referência: CORTISONAL ou genérico	FR/AMP	2	6505	8222	342134
42.	Dexametasona 4 mg/ml , frasco com 2,5 ml Marca de referência: DECADRON ou genérico	FR/AMP	5	6505	6143	292427
43.	Bromoprida 10 mg , em solução injetável de 2 ml Marca de referência: DIGESAN ou Genérico	AMP	5	6505	3929	269954
44.	Cloridrato de Prometazina 50 mg/2ml , ampola de 2ml Marca de referência: FENERGAN ou genérico	AMP	2	6505	11262	600706
45.	Aminofilina 24 mg/ml , ampola de 10ml Marca de referência: ASMAPEN ou Genérico	AMP	2	6505	351	292402
46.	Furosemida 10 mg/ml , ampola com 2ml Marca de referência: LASIX ou Genérico	AMP	2	6505	7878	267666
47.	Cianocobalamina (5000 mcg) + Fosfato de dexametasona (4mg) + Cloridrato de tiamina (100 mg) + Cloridrato de piridoxina (100 mg) , injetável, embalagem com 3 ampolas de 2ml e 3 ampolas de 1ml Marca de referência: DEXA CITONEURIN ou genérico	CX	4	6505	4981	270814
48.	Dipropionato de Betametasona (5mg/ml) + Fosfato Dissodico de Betametasona (2mg/ml) , injetável, descartável, embalagem com blister contendo: seringa com o produto e êmbolo de borracha esterilizados, agulha esterilizada e haste plástica. Marca de referência: DIPROSPAN CONJUNTO HYPACK ou genérico	CX	5	6505	1253	270590
49.	Butilbrometo de escopolamina (4 mg/ml) + Dipirona (500 mg/ml) , ampola de 5 ml Marca de referência: BUSCOPAN COMPOSTO ou genérico	AMP	5	6505	8254	270621
50.	Cetoprofeno 100 mg/2ml , ampola com 2 ml Marca de referência: PROFENID ou Genérico	AMP	5	6505	4804	448844
51.	Diazepam 5 mg/ml , ampola com 2 ml Marca de referência: ANSILIVE ou Genérico	AMP	2	6505	6168	267194
52.	Epinefrina 1 mg/ml , ampola com 1 ml Marca de referência: ADREN ou Genérico	AMP	4	6505	6614	268255
53.	Cloridrato de Metoclopramida 5 mg/ml , ampola com 2ml Marca de referência: PLASIL ou Genérico	AMP	5	6505	9702	267310
54.	Glicose 5% , solução injetável sistema fechado de 100 ml.	BOLSA	2	6505	8007	270092



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. ESTIMADA	CLASSE	PDM	CÓD. MAT.
55.	Cloreto de sódio 0,9% , ampola com 10 ml.	AMP	20	6505	5118	448699
56.	Tiras reagentes para glicosímetro , caixa com, no mínimo, 50 tiras. Marca de referência: ACCU-CHEK ACTIVE, superior ou similar	CX	4	6550	18984	601091
57.	Auto lancetas descartáveis , caixa com, no mínimo, 100 lancetas. Marca de referência: ACCU-CHEK SOFTCLIX, superior ou similar	CX	8	6515	8694	303151
58.	Curativo adesivo transparente com almofada central , hipoalergênico, tamanho regular medindo aproximadamente 1,90 cm x 7,6 cm, caixa com, no mínimo, 40 unidades. Marca de referência: BAND AID, superior ou similar	CX	2	6510	19965	483375
59.	Lençol descartável de papel em rolo , picotado a cada 60 cm, 100% celulose virgem, não esteril, macio e absorvente, indicado para proteção de macas, camas e diferentes superfícies. Largura aproximada (variação de até 2cm): 70cm Embalagem: rolo de, no mínimo, 50 metros Marca de referência: PLUMAX, superior ou similar	ROLO	4	6532	8774	481789
60.	Máscara hospitalar de proteção N95/PFF-2 (S), tipo concha, sem válvula Composta por uma concha interna de sustentação - composta de não-tecido moldado em fibras sintéticas por um processo sem resina. Sobre esta concha é montado o meio filtrante composto por microfibras tratadas eletrostaticamente. A parte externa do respirador é composta por um não-tecido que protege o meio filtrante evitando que as fibras se soltem. Eficiência de filtração mínima de 94% contra a penetração de aerossóis particulados Possuir EFB ou BFE (Eficiência de Filtração Bacteriológica)>99% contra bioaerossóis potencialmente contaminados Cor: branca Possuir cordão de elástico de orelha ou de cabeça e clipe nasal ajustável O produto deve ser embalado individualmente Possuir garantia mínima de 2 anos após a fabricação O produto deve estar de acordo com a norma ABNT/NBR 13698:2011 e ter aprovação junto ao Ministério do Trabalho. Ter certificação do INMETRO, registro na ANVISA e possuir CA Marca de referência: 3M (MODELO TIPO CONCHA - 8801H), superior ou similar	UND	125	6532	30032	485529

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 09/09/2024 17:02. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 3e3f2e13.292aa4ca.02ed8e4e.b9e2007f

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. ESTIMADA	CLASSE	PDM	CÓD. MAT.
61.	Fita de medida corporal circunferência antropométrica flexível Indicada para aferição de perímetros (circunferências) corporais como cintura e quadril. A lâmina escalonada em milímetros em aço flexível, com pintura epóxi Retração automática Tamanho da fita: 200cm, no mínimo, (2,0 metros) Marca de referência: CESCORF, superior ou similar	UND	2	6515	2626	485523
62.	Abaixador de língua de madeira Formato convencional liso, superfície e bordas perfeitamente acabadas. Não estéreis, descartáveis e de uso médico. Uso único. Ter registro na ANVISA Dimensões aproximadas: Comprimento x Largura x Espessura (14 cm x 1,4 cm x 0,5 mm) Embalagem: pacote com, no mínimo, 100 unidades Marca de referência: THEOTO, superior ou similar	PCT	2	6515	458	348807

7.2 – Local de entrega do objeto:

ENDEREÇO
Procuradoria da República em Pernambuco Av. governador Agamenon Magalhães, n.º 1800 – Espinheiro – Recife/PE – CEP: 52021-170 Responsável: RICARDO SÉRGIO CARVALHO DE OLIVEIRA Telefone: (81) 2125-7336 E-mail: prpe-selog-l@mpf.mp.br

VIII – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

8.1 - Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e do Sistema de Gestão Administrativa no âmbito do Ministério Público Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias e procedimentos que melhor atendam às necessidades da Administração.

Em quase todos os processos pesquisados, a solução utilizada foi a contratação de empresa para fornecimento de diversos medicamentos e insumos médico-hospitalares em entrega única. Diante dessa temática, a solução a ser adotada pela unidade ministerial é aderente às encontradas, qual seja, contratação de empresa para fornecimento de diversos medicamentos e insumos médico-hospitalares, para entrega imediata.

Durante a fase de pesquisa de preços junto à Administração Pública, observou-se que a modalidade de licitação utilizada é o Pregão Eletrônico, que tem como tipo o menor preço, por se tratar de objeto comum onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme o que institui o artigo 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021:



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto; "

8.2 - Para análise da exclusividade ou não da licitação para microempresas e/ou empresas de pequeno porte, a administração deve fazer a leitura e análise conjugada dos artigos 46, 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, conforme segue:

- deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (LC 123/06, Art 48, I);
- Não se aplica o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte quando:
 - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
 - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

Assim, a solução passa pela contratação de empresa, através da modalidade **"Pregão Eletrônico exclusivo para ME/EPP"**, para o fornecimento anual de diversos medicamentos e insumos médico-hospitalares para a PRPE.

8.3 – O modo de disputa escolhido, para ser utilizado no Pregão Eletrônico, será o "aberto/fechado", devido à experiência de sucesso nas licitações realizadas pela PRPE.

IX – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação em tela visa a aquisição de diversos itens para a administração. Segue abaixo o que a legislação e os órgãos de controle dispõem sobre o tema.

Art. 40, da Lei nº 14.133/2021, dispõe:

"V - atendimento aos princípios:

[];

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

[];

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

Súmula nº 247 TCU, dispõe:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Portanto, a regra a ser observada pela Administração nas licitações é pelo atendimento ao princípio do parcelamento do objeto, conforme disposto acima, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente vantajoso e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.

Nos termos da Súmula nº 247 do TCU, a regra é de que a adjudicação deve ser efetivada por itens, a fim de possibilitar a mais ampla competitividade, salvo se houver justificativas para o agrupamento em lotes ou por preço global. Nesse sentido, a formação dos lotes existentes se justifica pelos seguintes motivos:

1. São produtos de natureza similar, pertencentes ao mesmo segmento de mercado;
2. O agrupamento em lotes se justifica pelo alcance do princípio da economicidade, proporcionado pela economia de escala, e da eficiência;
3. O valor do lote, reunindo diversos itens, aumenta a atratividade e, conseqüentemente, a competitividade entre os fornecedores.

Assim, pelo agrupamento dos itens no mesmo segmento de mercado, possibilitando proporcionar economicidade, através da economia de escala, e eficiência do ponto de vista da gestão dos contratos gerados desta licitação, **opta-se, para esta aquisição, no agrupamento dos itens em lotes**, de acordo com o seu segmento de mercado.

X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 - A contratação por lotes de materiais médico-hospitalares e medicamentos visa promover a redução de custos, a eliminação de desperdícios e o melhor gerenciamento dos prazos de validade, ao segmentar e planejar as compras conforme a demanda real. A orientação específica para o fiscal do contrato garante uma fiscalização eficiente, enquanto a entrega em lotes facilita a gestão dos estoques e otimiza o uso dos recursos financeiros, assegurando maior eficiência e retorno sobre o investimento. Esses resultados contribuem para a qualidade dos serviços de saúde e para a sustentabilidade das operações da Procuradoria da República em Pernambuco.

XI – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A presente contratação não requer por parte da administração providências prévias ao contrato.

XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, cujos fabricantes devem seguir as normas dos órgãos fiscalizadores, não se verificam impactos ambientais relevantes, sendo imprescindível que a licitante atenda às legislações e normas técnicas pertinentes, bem como à política de sustentabilidade ambiental já abordados no item 3.11 do presente Estudo Técnico Preliminar. Ainda, com o objetivo de mitigar maiores impactos, a administração deve observar o correto descarte das embalagens dos materiais, bem como o uso consciente, a fim de evitar a contaminação dos recursos hídricos decorrente dos componentes químicos presentes nos materiais.

XIV – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidenciou que a contratação de empresa especializada para o fornecimento de diversos medicamentos e insumos médico-hospitalares **é viável** do ponto de vista técnico e econômico, e necessária para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos a membros, servidores, estagiários e terceirizados, além de contribuir para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal, desde que sejam adotadas as premissas descritas neste documento.

Recife, 09 de setembro de 2024.

MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

THEREZA LIVRAMENTO SISNANDO ALMEIDA
SETOR DEMANDANTE/PRPE

IZAHILTON MENDES GUIA JÚNIOR
DICGC/PRPE

MARCOS AMORIM DE MORAIS
DEOF/PRPE

RUBINALDO CABRAL SARAIVA
CA/PRPE

ALCIONE MARTINS DA SILVA
COORDENADORA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO/PRPE

APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE

APROVO O PRESENTE ETP E ESTABELEÇO O PRAZO DE 10 DIAS COMO LIMITE PARA CONFEÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA ÁREA DEMANDANTE, COM APOIO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO (ART.27, IN Nº 05/2017/MPDG).

PATRÍCIA GONÇALVES ALMEIDA TESCH
SECRETÁRIA ESTADUAL/PRPE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00060906/2024 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Signatário(a): **ALCIONE MARTINS DA SILVA**

Data e Hora: **09/09/2024 17:02:36**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **RUBINALDO CABRAL SARAIVA**

Data e Hora: **09/09/2024 17:11:31**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **MARCOS AMORIM DE MORAIS**

Data e Hora: **09/09/2024 17:15:42**

Assinado com certificado digital

Signatário(a): **IZAHILTON MENDES GUIA JUNIOR**

Data e Hora: **09/09/2024 17:18:07**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **PATRICIA GONCALVES ALMEIDA TESCH**

Data e Hora: **09/09/2024 17:31:37**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **THEREZA LIVRAMENTO SISNANDO ALMEIDA**

Data e Hora: **10/09/2024 18:04:49**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 3e2f2e13.292aa4ca.02ed8e4e.b9e2007f